

IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
4 à 9 de agosto, Brasília

**O PMDB E A DEMOCRACIA BRASILEIRA: ATOR PRINCIPAL OU
COADJUVANTE?**

Natalia Maciel
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(IESP/UERJ)

Resumo:

O esforço do presente trabalho é o de compreender como o PMDB abriu mão de seu papel de proeminência na política nacional para se tornar um partido coadjuvante que se limita ao papel de apoiador do governo. Utilizando o institucionalismo histórico como instrumental teórico, demonstra-se como a posição de centro no espectro ideológico e o peso, traduzido em cadeiras no Congresso, foram características construídas ao longo da trajetória histórica do partido e se tornaram fatores primordiais para a presença do PMDB nas coalizões de governo na Nova República. Quanto aos testes empíricos, os dados eleitorais demonstram que o PMDB apresenta maior porcentagem de deputados federais com votação localizada em comparação com PT, PSDB e PFL/DEM, o que indica formação de redutos eleitorais. Contudo, o partido não apresenta excepcionalidade na apresentação de emendas individuais ao orçamento para suas bases eleitorais. Entrevistas indicam, contudo, que a presença do parlamentar no distrito, estabelecendo conexão eleitoral, é estratégia mais importante que a apresentação de emendas.

Palavras-chave: PMDB, coalizão governamental, institucionalismo histórico, emendas individuais ao orçamento.

Introdução

O objetivo deste artigo é compreender um dos atores mais relevantes do cenário político brasileiro: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB. Ele foi peça-chave na luta contra a ditadura militar e na democratização. Na Nova República o PMDB tem sido parceiro ideal para a formação de coalizões governamentais: não apresenta preferências políticas bem definidas, se posicionando no centro do espectro ideológico, e tem bancadas grandes no Congresso.

Porém, pode-se atribuir um papel de protagonismo ao PMDB? O esforço deste trabalho será o de demonstrar como o partido perdeu o seu papel de ator principal da política brasileira para se tornar um coadjuvante do governo. Enquanto o PMDB da década de 1980 “tomou as rédeas” no processo de formação da nova democracia, a partir da década de 1990 ele tem se isentado de propor um projeto para o país e tem se mantido no papel de apoiador dos governos.

Para isso será feita, na próxima seção, uma análise histórica a fim de compreender como ocorreu a conversão institucional do PMDB, nos termos do institucionalismo histórico. Uma progressiva mudança na cúpula do partido nos primeiros anos da década de 1990 delineou os novos rumos. Apesar da mudança de comportamento, características formadas ainda no regime militar e reforçadas ao longo do tempo moldaram o PMDB de hoje e o tornaram atrativo para formação de coalizões governamentais. São elas: a posição de centro no espectro de preferências políticas e o peso político, traduzido pelo seu sucesso eleitoral.

Se o governo precisa de um parceiro com as características do PMDB, resta saber por que é importante para o partido fazer parte da coalizão de governo. Assim, a segunda parte do trabalho investiga a hipótese do senso comum de que o PMDB precisa estar no governo para enviar recursos para suas bases. Analisa-se a espacialização da votação de uma amostra de deputados do PMDB e de outros três partidos a fim de verificar se existe uma excepcionalidade dos deputados peemedebistas quanto a apresentação de emendas individuais ao orçamento. Por fim, algumas considerações sobre as vantagens de se fazer parte do governo são feitas.

I – O PMDB e sua conversão institucional: de ator principal à coadjuvante

A mudança do perfil do PMDB de ator principal para coadjuvante deve ser compreendida como um processo histórico-político de longo prazo. Este processo é delimitado por dois pontos distintos no tempo; o ponto inicial, em que o partido é formalmente criado como MDB, e o final, que corresponde aos dias atuais, em que se observa o perfil governista desta organização. Entre estes pontos no tempo não existe uma sequência direta e conectada de causas que culminaram no perfil governista do partido, e sim uma rede causal em que o resultado final está distante do ponto no tempo em que a decisão política inicial foi tomada, qual seja, a criação formal do MDB (Pierson, 2003). A perspectiva teórica do institucionalismo histórico fornece dois conceitos-chave para a análise deste processo de longo prazo: o de *path-dependence*¹ e o de conversão institucional.

Path-dependence pode ser definido como um processo de autorreforço em que uma dinâmica desencadeada por um evento em um ponto específico no tempo se reproduz e reforça mesmo na ausência deste evento. A cada passo adiante neste processo, mais improvável é o retorno à condição inicial da instituição em análise

¹ Ao longo do texto, “processo de autorreforço” será utilizado como sinônimo de *path-dependence*.

(Pierson, 2003). Existe, contudo, uma contingência no momento da inovação institucional de forma que as forças por trás da criação das instituições podem ser consideravelmente distintas daquelas que as sustentam ao longo do tempo (Mahoney, 2000).

Tendo em vista que as forças que sustentam as instituições ao longo do tempo são contingentes, a mudança de propósitos e funções das instituições é possível, mesmo sob um processo de autorreforço. Neste sentido, há conversão institucional quando instituições existentes são utilizadas a serviço de novos objetivos. Os objetivos são reformulados quando ocorre uma mudança no contexto histórico e/ou político que confronta os atores com novas questões. A conversão institucional também pode ocorrer como consequência da incorporação de novos grupos, que a princípio estavam à margem do processo político, às instituições existentes. A incorporação de novos atores acaba mudando as instituições para novos propósitos (Thelen, 2003).

Duas características fundamentais do PMDB atual foram construídas a longo prazo por um processo de *path-dependence*: a centralidade e o peso. A centralidade diz respeito à sua posição de centro no espectro ideológico da competição política brasileira. O peso se refere ao tamanho do partido, traduzido no número de cadeiras que ocupa no Congresso. Essas características tornam o PMDB um parceiro ideal nas coalizões de governo: ele não apresenta preferências políticas definidas, o que facilita a barganha política, além de ter grande representação no Congresso, possibilitando a formação de majorias para a aprovação da agenda legislativa do governo.

Essas duas características, por sua vez, são resultados de um processo de autorreforço de outras características construídas ao longo da história do MDB/PMDB. São elas: a heterogeneidade e fracionamento da organização; sua federalização e a força dos líderes locais; e seu sucesso eleitoral. Enquanto a centralidade é resultado da heterogeneidade e do fracionamento do partido, o peso foi construído por sua ampla presença no território nacional e por seu forte localismo e desempenho eleitoral.

A heterogeneidade do partido foi resultado, em um primeiro momento, da imposição de um sistema bipartidário imposto após o golpe militar de 1964, o qual era composto por um partido de oposição e outro de sustentação ao regime ditatorial. Atores de diferentes posições políticas se agruparam sob uma mesma sigla, de forma que tanto o MDB quanto a ARENA se constituíram como grupos bastante heterogêneos. O MDB acabou se fracionando em dois grupos: os radicais, também chamados de autênticos, defendiam um papel oposicionista agressivo, de enfrentamento direto ao regime militar; os moderados defendiam como estratégia a moderação e a atuação política dentro dos limites formais que a ditadura impunha.

O arrocho do regime autoritário com o estabelecimento do AI-5 enfraqueceu o grupo radical. O contexto de perdas com as cassações, a suspensão de direitos políticos, o exílio de membros e o abandono de cargos após a derrota eleitoral do MDB em 1966 foi significativo para este grupo. A liderança nacional do partido passou a ser integrada pelo grupo moderado, composto por uma maioria de membros oriundos do antigo PSD. Foi este grupo pessedista, composto por nomes como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Amaral Peixoto, entre outros, que liderou o MDB por todo o regime militar e fundou o PMDB com a Reforma Partidária de 1979.

A heterogeneidade do partido se acirrou ainda mais com o início do processo de abertura política, mais especificamente com a Reforma Partidária e a Lei da Anistia. A reconfiguração do sistema partidário e o retorno de exilados políticos definiram novos contornos ao agora PMDB. A entrada de ex-arenistas e de políticos que retornavam às suas carreiras, e a migração de ex-emedebistas em direção à novos partidos como PT e PDT mudou de forma significativa a composição do partido. Mantém-se a heterogeneidade e, como consequência, não se define um perfil programático.

O fim da democratização torna ainda mais clara a falta de programa político do PMDB. Uma vez criado para fazer frente à ditadura militar e tendo como principal bandeira a democratização, quando este processo finaliza o partido não consegue definir um novo objetivo político. A falta de um objetivo, por sua vez, o diferencia como o partido do centro do espectro ideológico, não apenas pelo perfil moderado herdado do MDB, mas principalmente pela ausência de um programa político. A ausência de um programa que una o partido, por sua vez, acirra sua heterogeneidade e fracionamento em um círculo vicioso.

O fim da democratização e, em seguida, a morte de Ulysses Guimarães inicia um período de transição na direção nacional do partido. Com o fim da liderança das raposas pessedistas (Hippólito, 1985) por conta da eleição de Orestes Quércia para a liderança do partido em 1991 e a subsequente morte do principal líder da organização, o PMDB passou por um período de constantes divergências entre a cúpula do partido e diferentes grupos internos. Durante o governo Fernando Henrique o PMDB foi marcado por embates internos quanto a posição que deveria tomar com relação à agenda legislativa do governo, principalmente com relação a votações polêmicas como a venda da Companhia Vale do Rio Doce e a emenda constitucional da reeleição para cargos executivos.

Dois novos grupos começam a se formar dentro do PMDB em meados da década de 1990: os governistas e os oposicionistas. Os governistas alegam que o papel do partido na nova democracia é assegurar a estabilidade política. Sendo um

dos maiores partidos da nova democracia, o seu papel é permitir a governabilidade através do seu apoio aos projetos do governo que visem melhorar as condições de vida dos brasileiros. A sua presença nas coalizões de governo permite a formação de maiorias necessárias para a governabilidade e a estabilidade política. Os oposicionistas são contra a participação incondicional do PMDB nas coalizões de governo; eles defendem que o partido deve ter um projeto político para o país, um papel de protagonismo na formulação de políticas públicas nacionais e, principalmente, deve lançar candidato próprio à Presidência da República. Neste sentido, apesar da mudança no contexto político, a organização interna do PMDB manteve a heterogeneidade e o fracionamento ao longo de sua história, o que resultou na sua posição de centro na competição política.

O peso político do PMDB atual é resultado de seu desempenho eleitoral bem sucedido. Seu bom desempenho está relacionado ao seu processo de formação como organização; o partido começou a se federalizar ainda no regime autoritário, o que lhe rendeu vantagens em comparação aos partidos criados na nova democracia. A federalização diz respeito à sua ampla presença por todo território nacional e a autonomia dos diretórios locais com relação à direção nacional.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1965 impunha condicionantes bastante rígidos para a criação de partidos. Diretórios regionais deveriam ser criados em pelo menos metade dos estados. Para isso, era necessário criar diretórios locais em pelo menos um quarto dos municípios. O diretório local, por sua vez, deveria ter um número mínimo de membros filiados fixados de acordo com o tamanho do eleitorado do município. Para responder às exigências da lei, as organizações locais do MDB foram estruturadas por lideranças locais que detinham grande autonomia com relação ao diretório nacional do partido. Neste sentido, a formação organizacional do MDB não ocorreu a partir da direção nacional em direção às regionais. O empenho na construção dos diretórios regionais e locais acabou por fortalecer as lideranças locais².

O principal meio encontrado pelos moderados do MDB para fazer frente à ditadura foi o embate eleitoral. Como a principal arena de atuação nacional da oposição era o Congresso, era imprescindível o aumento de número de cadeiras nas duas casas. A ampliação da presença do MDB por todo o Brasil também era fundamental na luta pela redemocratização, de forma que qualquer avanço eleitoral

² O maior exemplo de liderança local citado pela literatura é Orestes Quércia. Ele é o principal agente de estruturação do MDB/PMDB no estado de São Paulo. Jovem e sem carreira política anterior, Quércia foi o primeiro a vislumbrar espaço para o crescimento político dos jovens nomes do MDB nas médias e pequenas cidades do estado, tendo em vista a intensa competição entre os líderes mais antigos na região metropolitana. Ele foi um ator ativo na estruturação dos diretórios locais no interior do estado, o que lhe rendeu frutos políticos com o estabelecimento de lealdades que o levaram à direção regional do partido, à direção nacional, chegando à sua nomeação como candidato do PMDB à Presidência da República nas eleições de 1994 (Melhem, 1998; Bizarro Neto 2013).

era importante. Os diretórios regionais e locais eram relevantes não apenas para organizar as campanhas do MDB a nível local, mas também porque eram o principal *lôcus* de atuação dos líderes que se candidatavam ao Congresso. A escolha dos candidatos para Câmara dos Deputados levava em consideração a atuação do político junto às suas bases locais. A escolha era feita pela Comissão Executiva Nacional do partido que tentava selecionar candidatos que representassem diferentes áreas do estado ou setores da sociedade civil (Kinzo, 1988).

Desta forma, as restrições impostas à oposição pelo regime militar, desde a formação da organização partidária até a atuação política, foram eventos que propiciaram a federalização e o localismo do MDB. Estas duas características estão relacionadas ao desempenho eleitoral do partido, como foi esclarecido. Acrescido a isso, um evento foi de extrema relevância para a formação da “máquina eleitoral” do PMDB: a antecandidatura à Presidência da República em 1974. Em 1973 o grupo autêntico do MDB propôs que o partido concorresse à eleição indireta para a Presidência da República em janeiro de 1974. Apesar da certeza de que a eleição indireta no Colégio Eleitoral confirmaria o nome do general Ernesto Geisel como sucessor do então presidente Médici, a participação de um candidato do MDB no pleito seria a oportunidade para desenvolver uma campanha oposicionista em âmbito federal a fim sensibilizar o eleitorado com vistas às eleições legislativas de 1974. O partido lançou o então presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, como antecandidato. Apesar do pleito para a presidência ser um “jogo de cartas marcadas” a campanha serviu para que a liderança do MDB medisse o clima de insatisfação da população com o regime e percebesse o potencial do partido para se tornar o principal interlocutor deste descontentamento (Kinzo, 1988).

As eleições legislativas de 1974 foram um importante marco no desenvolvimento eleitoral do MDB/PMDB. Uma vez que as eleições legislativas eram o principal *lôcus* de enfrentamento ao regime, o partido desenvolveu uma estratégia eleitoral bastante elaborada, com auxílio de profissionais de propaganda, o que era um avanço para a época. Na tentativa de montar uma campanha de âmbito nacional, o partido elaborou um manual que serviria de guia básico para os candidatos. Ele continha a plataforma do partido e fornecia aos candidatos dados para reforçar as críticas ao governo (Kinzo, 1988).

A campanha foi eficaz e rendeu ao MDB um número expressivo de votos de legenda nas eleições para a Câmara Federal. Em um sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta, a porcentagem de 12,6% de votação na legenda do MDB contra 3,5 da ARENA foi uma vitória eleitoral inquestionável. O aperfeiçoamento das campanhas eleitorais ainda no antigo sistema partidário pode ser

visto como uma vantagem para o PMDB nos pleitos durante o processo de abertura política e nos primeiros anos do atual período democrático. O desempenho eleitoral da organização foi reforçado na década de 1980; com o retorno as eleições diretas para os governos de estado em 1982 os líderes regionais do PMDB ganham força e começam a demandar mais espaço nas decisões internas do partido. O ápice do sucesso eleitoral do PMDB foi nas eleições de 1986 quando o partido elegeu governadores em todos os estados, exceto Sergipe, e conquistou 53% das cadeiras da Câmara dos Deputados.

Apesar do autorreforço das características básicas do PMDB descritas acima - heterogeneidade e fracionamento; federalização, localismo e bom desempenho eleitoral - que lhe conferem a sua atual posição de centro e seu peso político, a mudança do seu perfil de ator protagonista para coadjuvante é claro. O PMDB deixou de ser o principal ator do debate político, como era durante a transição democrática, para se limitar ao papel de apoiador do governo sem projeto próprio para o país. Como explicar a mudança do comportamento do partido uma vez que suas características básicas se mantêm as mesmas ao longo de todo seu desenvolvimento histórico?

A explicação está na conversão institucional sofrida pelo PMDB logo após o fim da transição democrática. Como já explicado, o novo contexto político impôs novos desafios à organização de forma que se tornou necessário readequar os objetivos políticos. Essa readequação não foi imediata; ela inicia com a saída dos expressedistas da cúpula do partido com a derrota da chapa de Ulysses Guimarães para a direção do partido em 1991 e se desenvolve ao longo de todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Cardoso convida formalmente o PMDB para fazer parte da sua coalizão de governo logo depois de eleito em 1994. O então presidente do partido Luís Henrique foi o principal ator nas negociações entre a direção do partido e o novo governo. A parceria foi oficializada pelo Conselho Nacional do partido³. Contudo, a chegada do opositorista Paes de Andrade à presidência do PMDB acirrou o conflito entre os membros que apoiavam o governo e aqueles que eram contra a participação do partido na coalizão e o apoio à projetos importantes da agenda legislativa do Executivo.

O conflito se acirrou ainda mais com as candidaturas de Paes de Andrade e Michel Temer, principal liderança governista do partido naquele momento, à presidência da Câmara dos Deputados. Tendo o apoio do Presidente da República, Temer é eleito e a bancada do PMDB composta por membros governistas é

³ Resolução nº6/94 do Conselho Nacional do PMDB, 09/12/1994.

fortalecida. O ápice do conflito foi o descumprimento pela ala governista da decisão tomada pela Convenção Nacional⁴ de 12 de janeiro de 1997 quanto à votação da emenda da reeleição. A Convenção havia decidido pelo voto contrário à emenda, contudo propôs retomar as discussões sobre o assunto após a escolha dos presidentes da Câmara e do Senado que ocorreria em fevereiro. No entanto, o governo decidiu votar a emenda ainda em janeiro, contando com o apoio do grupo governista liderado por Temer. A emenda da reeleição foi aprovada em primeiro turno com 336 votos a favor.

Em meados de 1997 a ala oposicionista do PMDB começou a articular um movimento em prol de uma candidatura única das oposições à Presidência da República. Paes de Andrade organizou uma série de encontros com os principais líderes da esquerda, como Luís Inácio Lula da Silva do PT e Leonel Brizola do PDT, com o intuito de lançar Itamar Franco como candidato. Em contrapartida, Michel Temer e Jader Barbalho lideravam o grupo governista que apoiava a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. Temer empenhou-se para que o apoio ao presidente fosse aprovado pela Convenção Nacional do partido que ocorreu em 8 de março de 1998. Como resultado final 389 convencionais votaram contra a candidatura própria, 303 votaram a favor e 5 foram os votos em branco⁵.

Apesar da derrota, o grupo dos oposicionistas liderados por Paes de Andrade realizaram uma nova Convenção Nacional Extraordinária em junho de 1998 a fim de escolher o candidato do PMDB à Presidência da República. Em paralelo, os governistas decidiram também convocar uma Convenção Extraordinária com o objetivo de enfraquecer a primeira e impedir o lançamento de uma candidatura. Os dois grupos se utilizavam de diferentes dispositivos do estatuto do partido para legitimar suas convenções. O grupo governista se valia do dispositivo que obrigava a presença de 50% mais um dos convencionais para que a seção da Convenção fosse aberta. Os oposicionistas, em contrapartida, se embasavam no dispositivo que prevê que a Convenção apenas pode se reunir por meio de convocação da Comissão Executiva Nacional (Ferreira, 2002). Por fim, nenhuma das duas convenções teve validade e o PMDB não apoiou formalmente nenhuma candidatura à Presidência da República naquele ano.

⁴ São três os principais órgãos decisórios no âmbito nacional do PMDB. A Convenção Nacional é o principal órgão deliberativo. Convocada por edital pela Comissão Executiva suas principais competências são: a escolha de candidatos à Presidência e à Vice-Presidência, quando houver prévias, e decidir sobre a coligação com outros partidos; a aprovação do Estatuto e do Programa Partidário; eleger os membros do Diretório Nacional; decidir soberanamente sobre assuntos políticos e partidários, entre outros. O Diretório Nacional é um órgão intermediário que tem como principal competência a eleição dos membros da Comissão Executiva.

⁵ Ata da Convenção Nacional do PMDB, 08/03/1998.

Ao final do primeiro mandato de Fernando Henrique os dois grupos internos do PMDB estavam definidos. A participação no segundo governo do PSDB fortaleceu ainda mais a ala governista do partido, principalmente com a chegada de seus representantes, Michel Temer e Jádér Barbalho, às presidências da Câmara e do Senado, respectivamente. Com a eleição de Temer à presidência do PMDB em 2001 a maioria governista se consolida na cúpula do partido e permanece até hoje. Monopolizando a direção nacional, os governistas restringem cada vez mais a participação dos oposicionistas nas principais decisões do partido, principalmente quanto à decisão de fazer parte do governo, uma vez que esta decisão cabe à Comissão Executiva, órgão partidário restrito aos dirigentes.

Em posição de vantagem, os governistas passaram a manipular a decisão quanto ao lançamento de candidaturas à Presidência da República ou a participação em coligações eleitorais. Apesar da decisão da Convenção Nacional realizada em setembro de 2001 de lançar candidatura própria, a Comissão Executiva resolveu não decidir quanto à demanda dos pré-candidatos Itamar Franco e Pedro Simon de alteração da regulamentação das prévias que diminuiria o quórum necessário na Convenção para a escolha do candidato do partido e lhes daria autonomia para dirigir os programas do horário eleitoral gratuito do partido. Não chegando a um consenso à cúpula do partido convocou a Convenção Nacional para decidir quanto a regulamentação das prévias. Na convenção, após debates acalorados, a maioria decidiu por “afastar a alternativa de convocação de prévias para 17 de março de 2002” (Ata da Convenção Nacional do PMDB, 02/03/2002). Ao eliminar a possibilidade de lançar uma candidatura própria, os governistas “preparavam o terreno” para estabelecer uma coligação com o PSDB. A estratégia deu certo e o PMDB se coligou com o PSDB nas eleições presidenciais de 2002 apresentando o nome de Rita Camata para compor a chapa ao lado de José Serra.

Em 2006 não foi diferente; a maioria governista ficou ao lado dos governadores e líderes regionais do PMDB que eram contra uma candidatura própria tendo em vista a resolução do TSE que estabelecia a verticalização das coligações eleitorais. Uma candidatura à Presidência da República ou a coligação com algum partido limitaria as negociações e candidaturas locais. A falta de um consenso e os diversos embates judiciais entre oposicionistas e governistas acabaram fragilizando as pré-candidaturas de Anthony Garotinho, Germano Rigotto e Roberto Requião. Por fim o partido não tomou uma posição a nível nacional, favorecendo as lideranças regionais.

A presença do PMDB na coalizão de governo do PT a partir de 2004 consolida definitivamente a liderança governista na direção do partido. Ao mesmo tempo o processo de conversão institucional do partido se completa; o objetivo político do

PMDB passa a ser o reflexo do objetivo do seu grupo majoritário, qual seja, ser base de apoio do governo em troca de cargos e benefícios que esta posição pode fornecer. O deputado federal e ex-ministro da Previdência Amir Lando (PMDB-RO) descreve com clareza a posição do atual PMDB:

“O PMDB se tornou um partido prático, pragmático. Extremamente pragmático. É um partido do poder, pelo poder, com o poder. Se for coadjuvante, ou se for principal...Para ele nem interessa muito a exposição de ser o principal porque aí teria que responder a cada ato”⁶.

II – O PMDB coadjuvante: desempenho eleitoral e conexão com as bases.

A análise da conversão institucional do PMDB possibilitou a compreensão do processo que o tornou um ator coadjuvante. Se o partido é um parceiro de coalizão desejável por conta de seu peso e sua centralidade, resta saber por que interessa ao PMDB fazer parte do governo. Apesar do discurso da maioria governista ser o da governabilidade, deve-se testar a hipótese do senso comum, divulgada em grande medida pela imprensa, de que o PMDB precisa estar no governo para beneficiar suas bases eleitorais. Entrevistas com alguns membros da ala oposicionista do partido indicam a importância dos recursos centrados nas mãos do Executivo para a conexão com as bases de parlamentares da sigla. O senador Pedro Simon, representante da ala oposicionista, quando perguntado sobre o papel do PMDB na atual democracia brasileira responde:

(...) hoje o que está na briga é escandalosamente, verdadeiramente é isso; o *partido quer um ministério, um cargo de direção na Petrobrás, e as emendas do governo*. E querem os prefeitos, que também vivem disso. Os prefeitos estão num ‘miserê’ danado, as verbas são cada vez menores e os encargos são cada vez maiores (...) só dos deputados trazerem os prefeitos da zona dele e serem recebidos no ministério, só o fato de ser recebido, tomar um cafezinho, [ouvir que] pode ficar tranquilo, é isso que os caras querem. Ainda tem a distribuição direta também de caminhão, retroescavadeira, isso é coisa que o governo está fazendo. Então ele vai lá, reúne lá, faz uma festa no município, reúne quarenta prefeitos e dá um pacote; é uma escavadeira, é um trator, é meia dúzia de coisa. E isso o cara faz com a Dilma, o cara que é contra não faz nada. (...) E a outra coisa junto com isso são as chamadas emendas, quer dizer, o cara que é a favor do governo, as emendas dele... hoje, por exemplo, são quinze milhões de emenda para deputado. O deputado pode até se reeleger com essas emendas. Você já avaliou quinze milhões por ano para... por exemplo, faz uma estrada aqui, um colégio ali, um negociozinho ali... então, o normal é o cara querer chegar rápido no governo”⁷.

⁶ Deputado Federal Amir Lando em entrevista à autora em 18 de fevereiro de 2014

⁷ Senador Pedro Simon em entrevista à autora em 13 de fevereiro de 2014.

A análise empírica deste artigo tem como objetivo avaliar a relação do PMDB com as suas bases. O foco será a Câmara dos Deputados, que se constituiu como importante locus de atuação do partido ao longo de sua história. Busca-se analisar, tendo em vista o forte localismo observado na construção histórica do partido, se os deputados utilizam a apresentação de emendas ao orçamento para estabelecer conexão com suas bases locais. Para isso é necessário avaliar se o localismo também é uma característica observada na votação dos deputados federais do PMDB e se as emendas por eles propostas são destinadas a municípios que constituem o território eleitoral deles.

A base eleitoral é aqui compreendida como território eleitoral: local em que eleitores demonstram forte apoio a determinado candidato (Terron, 2009). Empiricamente, a base eleitoral é aqui definida como o município ou conjuntos de municípios em que a votação do candidato a deputado federal apresenta alta correlação espacial local. Para definir o grau de localismo dos deputados federais uma amostra da votação de 1231 deputados eleitos pelo PMDB, PT, PSDB e PFL/DEM dos pleitos entre 1994 e 2010 (tabela 1) foi analisada em suas dimensões horizontal e vertical⁸.

Tabela 1 – Porcentagem de candidatos a deputados federais eleitos analisados (1994 à 2010)

Eleições	Total da amostra	% com relação ao total da Câmara
1994	195	38%
1998	294	57,3%
2002	269	52,4%
2006	247	48,1%
2010	226	44%
Total	1231	48%

Fonte: TSE. Tratamento dos dados da autora

A dimensão vertical diz respeito à dominância ou o compartilhamento da votação do candidato, enquanto a horizontal trata da dispersão ou concentração da votação no território. A dimensão horizontal é uma média da porcentagem de votos recebido pelo candidato em cada município (encima dos votos dos outros candidatos) ponderada pela porcentagem da totalidade dos votos do candidato para a qual cada município contribuiu. A dimensão vertical é calculada a partir do Índice de

⁸ A análise não conta com os deputados eleitos no Distrito Federal uma vez que se trata de um único município, de forma que não seria possível calcular a autocorrelação espacial uma vez que não há mais unidades territoriais nas quais os candidatos competiriam por espaço.

Autocorrelação Espacial, conhecido também como Índice de Moran Global⁹. Para elaborar as escalas de dominância/compartilhamento primeiro foi calculada a mediana da dominância de todos os deputados de cada distrito para que fosse possível obter a mediana de cada estado em cada ano. O segundo passo foi calcular a mediana dos anos eleitorais das medianas do estado para que fosse possível chegar a um coeficiente para cada distrito. Estipulou-se como dominância alta deputados que apresentassem valores de dominância acima da mediana acrescida de um quarto¹⁰.

Para identificar os valores de alta concentração definiu-se que para todos os distritos deputados que apresentassem Índice de Moran Global igual ou maior que 0,3 seriam classificados como concentrados. Os mapas de cluster do Índice de Moran Local (LISA) mostram que deputados com coeficientes iguais ou maiores que 0,3 apresentavam clusters (concentração) de municípios em localidades específicas, independente da magnitude do distrito (clusters são formados com coeficiente 0,3 tanto em São Paulo quanto em Rondônia, por exemplo).

A partir destas escalas os deputados foram classificados segundo a tipologia de Ames (2003) constituída por quatro categorias ilustradas na tabela 2 abaixo. Para Ames o padrão espacial dominante-concentrado é o clássico reduto eleitoral brasileiro, no qual um deputado domina um grupo de municípios contíguos. O autor supõe que um candidato que apresenta este padrão de distribuição espacial de votos pode ser dominante por “pertencer a uma família de longa preeminência econômica ou política numa determinada região; (...) ter iniciado sua carreira política exercendo cargos locais; ou pode ter feito um acordo com caciques locais” (Ames, 2003).

Tabela 2 – Padrões estaduais de distribuição espacial

% do total de votos em municípios			
Distribuição espacial	Baixa		Alta
	Dispersa	Compartilhado - Disperso	Dominante - Disperso
		Compartilhado - Concentrado	Dominante - Concentrado
	Contígua		

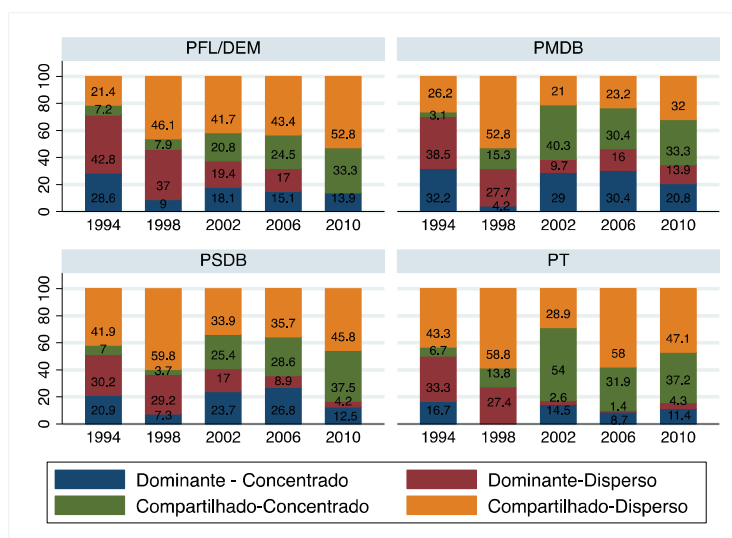
Fonte: Ames, 2003

⁹ Este índice foi calculado utilizando o software GeoDa.

¹⁰ Escolheu-se calcular a mediana, ao invés da média, pois ela indica o exato centro da distribuição dos dados.

Definiu-se para fins desta pesquisa que o localismo se reflete nos deputados federais que apresentam padrão espacial dominante-concentrado, sendo estes mais propensos a estabelecer conexões fortes com a sua base eleitoral. O gráfico 1 abaixo ilustra as porcentagens de deputados dos quatro partidos em análise para cada ano eleitoral. O resultado corrobora a hipótese do localismo para a votação de deputados federais do PMDB: *para todos os anos (exceto 1998) o PMDB é o partido que mais elege deputados dominantes e concentrados os quais, segundo Ames (2003), são os típicos deputados de reduto*. Obviamente deve-se destacar que o partido apresenta deputados com os quatro padrões espaciais, não sendo dominado apenas por deputados localistas. Contudo, a porcentagem destes deputados para o PMDB é sem dúvida maior que a dos demais partidos.

Gráfico 1 – Comparativo da evolução dos padrões espaciais de votação dos deputados federais do PMDB, PFL/DEM, PT e PSDB de 1994 à 2010



Fonte: TSE. Cálculo e elaboração da autora.

Nota: Percentuais calculados encima do total de deputados analisados em cada ano para cada partido.

Comprovado o localismo do PMDB resta avaliar se os deputados apresentam emendas para os municípios que constituem a sua base eleitoral. Um banco de dados de emendas individuais apresentadas ao orçamento foi elaborado tendo o deputado federal como unidade de análise. Ao todo são analisados 399 deputados eleitos nos pleitos de 1998 e 2006. Optou-se por analisar as emendas individuais feitas às leis orçamentárias de 2001 e 2009 por dois motivos: em primeiro lugar, são analisadas legislaturas durante dois governos distintos - o segundo mandato de Fernando Henrique e de Lula. Espera-se que as alianças estejam mais bem definidas e consolidadas no segundo mandato dos presidentes. Em segundo lugar, optou-se por analisar as emendas do ano anterior ao ano eleitoral. Uma vez que a execução das

emendas tende a ocorrer mais para o final do ano (Figueiredo e Limongi, 2008), os efeitos sobre o eleitorado podem ser utilizados pelo deputado no ano eleitoral. Ou seja, supõe-se que a execução das emendas ao orçamento de 2001 provavelmente produziram maiores efeitos em 2002, ano eleitoral, já que os investimentos tendem a ser as últimas despesas do orçamento a serem executadas no ano.

Tendo em vista que neste período não havia restrições rígidas à migração partidária e que vários deputados federais abrem mão do mandato quando eleitos em eleições municipais, ou se licenciam para ocupar secretarias executivas nos estados ou municípios, foram retirados do banco todos os parlamentares que se ausentaram da Câmara ou migraram para outro partido naquela legislatura.

Ao calcular o Índice de Moran Global para a criação da tipologia de padrão espacial também foi gerado, a partir do software GeoDa, um mapa que dispõe os coeficientes locais de Moran para cada deputado. A partir do mapa é possível gerar uma planilha, em que os casos são os municípios do distrito, com uma variável dummy que identifica se o município teve uma votação em determinado deputado alta, baixa ou estatisticamente não significativa segundo o Índice de Moran Local (LISA). Determinou-se que a base eleitoral do deputado é constituída pelos municípios que apresentam dummies de alta votação, segundo o índice LISA, neste deputado. Após a identificação dos municípios que compõem a base eleitoral dos deputados, verificou-se se houve apresentação de emendas para esses locais, assim como os seus valores.

A tabela 3 abaixo relaciona o número absoluto e as porcentagens dos deputados federais analisados. Pode-se dizer que apesar da retirada dos deputados que migraram para outros partidos ou se ausentaram da Câmara, o número de representantes de cada partido é bastante equilibrado nesta amostra. A exceção é o PT no ano de 2001 que representa apenas 19% dos deputados analisados.

Tabela 3 – Total de deputados federais analisados por ano e partido

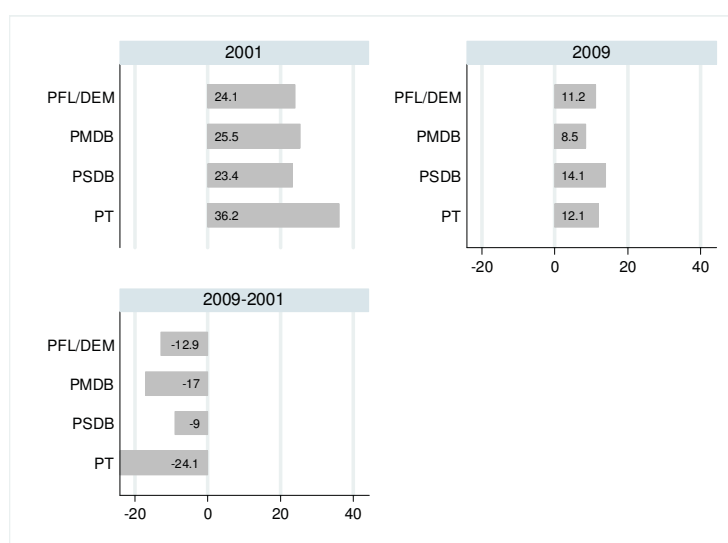
Partido	2001		2009		Total	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
PSDB	59	30,6	47	22,8	106	26,6
PMDB	45	23,3	59	28,6	104	26
PFL/DEM	52	26,9	44	21,4	96	24,1
PT	37	19,2	56	27,2	93	23,3
Total	193	100	206	100	399	100

Fonte: Câmara dos Deputados Federal. Elaboração da autora.

Nota: Porcentagem calculada encima do total de deputados analisados para cada ano.

A análise da apresentação de emendas individuais para os municípios que compõem da base eleitoral dos deputados (gráfico 2 abaixo) apresentou alguns indícios de diferenças entre os partidos. Quanto ao PMDB é interessante observar que em 2001 o partido é o que mais envia emendas para bases eleitorais de seus deputados, apenas atrás do PT. A diferença entre os demais partidos é pequena e provavelmente não é significativa, mas é também interessante destacar que ele é o partido que menos apresenta emendas para suas bases em 2009, seguindo a tendência do PT. Assim, outro indício observado é que apesar de estar presente nas coalizões de governo nos anos estudados, o PMDB apresenta uma tendência parecida com a do PT, que envia mais emendas para as bases quando na oposição do que quando se torna governo. Em contrapartida, apresenta desenvolvimento oposto ao do PSDB e do PFL, que em 2001 eram governo e em 2009 eram oposição.

Gráfico 2 – Porcentagem do valor de emendas individuais apresentadas para municípios que compõem a base eleitoral do deputado federal por partido e ano.



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração da autora.

Nota: As porcentagens são calculadas encima do valor total das emendas individuais apresentadas pelo partido no ano.

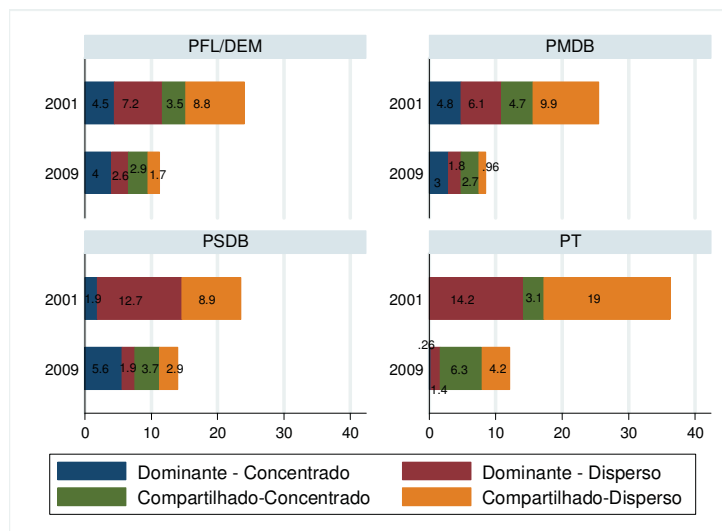
Estas observações permitem formular a hipótese de que o PMDB, apesar de estar presente na coalizão nos dois governos, apresenta estratégias distintas quanto à distribuição de recursos para suas bases dependendo da sua importância na coalizão. O principal parceiro da coalizão do governo Fernando Henrique foi o PFL/DEM; o PMDB, apesar de compor oficialmente a coalizão, sofria com uma divisão interna muito forte em que oposicionistas contra o governo do PSDB ainda tinham capacidade de desestabilizar (apesar de não conseguir impedir) as relações entre o governo e o

partido. O fortalecimento do grupo governista e a aproximação maior com o governo permitiu que o PMDB se tornasse o principal aliado do governo Lula. Os dados são reflexos desta lógica: o PMDB apresenta uma tendência parecida com a do PT no envio de emendas não porque era oposição e se tornou governo (já que nos dois momentos ele esteve no governo), mas porque antes em 2001 ele era um parceiro secundário, enquanto em 2009 se tornou o principal.

O gráfico da diferença entre os anos mostra que todos os partidos reduziram o valor de emendas individuais apresentadas para as suas bases eleitorais. A redução mais expressiva foi a do PT que apresentou uma redução de mais de um desvio-padrão (-22,1%) abaixo da média (-15,7%) das diferenças dos quatro partidos. O PSDB foi o partido que menos reduziu o valor das emendas individuais para suas bases apresentando uma porcentagem próxima de um desvio padrão (-9,3%) acima da média das diferenças. Uma vez que se analisa a diferença entre o ano de 2009 em comparação com o de 2001, a pequena redução da porcentagem do PSDB pode ser um indicativo de que os deputados do partido podem estar tentando manter as suas bases eleitorais com o uso das emendas já que em 2009 o partido está na oposição. Apesar de ter uma porcentagem próxima da média (-15,7%), o PFL/DEM é o segundo partido que menos reduz o valor das emendas apresentadas para as bases eleitorais e, como mantém a aliança com o PSDB e se move para a oposição com ele, este pode ser um indicativo que os deputados do partido poderiam estar desenvolvendo a mesma estratégia.

O gráfico 3 abaixo ilustra a porcentagem do valor das emendas apresentadas para municípios da base segundo o padrão espacial de voto do deputado da amostra analisada. O PMDB, apesar de ter uma queda de apresentação de emendas para bases eleitorais de 2001 para 2009, apresenta uma porcentagem do valor de emendas ligeiramente maior para os deputados dominantes em 2009. Em 2001 ele destinou 10,9% do valor das emendas para deputados dominantes, um valor menor que os 14,6% destinado aos deputados que compartilham suas bases. Já em 2009, os deputados dominantes apresentaram 4,8% do valor das emendas do partido para suas bases, enquanto 3,6% foi destinado para as bases dos deputados com padrão de voto compartilhado. A diferença é muito pequena, não chega a 1 ponto percentual, mas é interessante destacar que dos 4,8% destinados aos deputados dominantes, 3%, ou seja, a maior parte, foi apresentada para as bases dos deputados de reduto, os dominante-concentrados.

Gráfico 3 – Porcentagem de valor de emendas individuais enviadas para municípios das bases eleitorais segundo o padrão espacial de voto do deputado por partido e ano.



Fonte: TSE e Câmara dos Deputados. Elaboração da autora.

Nota: As porcentagens são calculadas encima do valor total das emendas individuais apresentadas pelo partido no ano.

Todos os partidos apresentam uma queda na porcentagem de emendas para bases de deputados dominantes em 2009. Contudo, deve-se ressaltar que em 2009 PFL/DEM e PSDB tem porcentagens de valor de emendas apresentadas para as bases não apenas maior que a de PT e PMDB, mas também maior do que as porcentagens enviadas para bases de seus deputados com perfil de voto compartilhado. Enquanto o PFL/DEM apresentou 6,6% do valor das suas emendas para bases de deputados dominantes, 4,6% destinaram-se às bases de deputados que compartilham suas votações. Já o PSDB destinou 7,5% de suas emendas individuais para bases de deputados dominantes e 6,6% foi destinado aos municípios que compõe as bases dos deputados com perfil de voto compartilhado. Além disso, ainda analisando o ano de 2009, PFL/DEM e PSDB tem porcentagens maiores de valor de emendas enviadas para as bases de seus deputados dominantes-concentradas, caracterizados como deputados de reduto.

Os resultados de PT, PFL/DEM e PMDB reforçam o indício explorado anteriormente de que partidos de oposição tenderiam a apresentar um valor maior de emendas para bases eleitorais a fim de mantê-las. Os dados para os dois anos mostram que os deputados dominantes enviam maior valor de emendas para suas bases quando o partido está na oposição. Obviamente as porcentagens destinadas para as bases eleitorais dos deputados, principalmente para as bases dos deputados

dominantes é uma porcentagem muito pequena, principalmente se tratando do valor total das emendas individuais dos quatro partidos juntos.

Em suma, o que os dados revelam é que apesar de ser um partido com maior porcentagem de deputados com votação localista, o PMDB não apresenta nenhuma excepcionalidade quanto à apresentação de emendas em comparação com os outros três grandes partidos da Câmara dos Deputados. A análise da votação dos deputados deve levar em consideração outros fatores como a escolha dos candidatos que formarão a lista do partido no estado e a conexão que eles estabelecem com os eleitores, dentre outros. Para estabelecer a conexão, mais importante que a apresentação de emendas ao orçamento é a presença do deputado no estado.

O deputado Amir Lando (PMDB-RO) explicou em entrevista a sua estratégia eleitoral para ao ano de 2014 e como ele estabelece a conexão com eleitores de seu estado. Ele esclarece como, no caso do seu distrito, é necessário estabelecer uma estratégia e um discurso diferente para cada região. Lando teve grande parte de sua atuação política pautada na política nacional, primeiro como senador e depois como ministro da Previdência do primeiro governo Lula. Ao concorrer às eleições para deputado federal em 2010, ele apostou na sua proeminência na política nacional e negligenciou a campanha eleitoral no estado. Por fim, não conseguiu um assento, se tornando suplente do estado de Rondônia. Com a cassação em 2013 do deputado Nathan Donadon, acusado de desvio de recursos da Assembleia Legislativa de Rondônia quando era diretor financeiro da instituição, Lando tomou posse como deputado federal. Tendo em vista a estratégia mal sucedida em 2010 o deputado diz que tem novos planos para as próximas eleições. Ele sabe especificamente quais são as suas bases e pretende focar nelas na campanha deste ano.

“Na [eleição] anterior eu praticamente deixei meu nome à disposição do partido achando que ia ter uma votação, vamos dizer assim, expressiva. Eu não fiz uma campanha, eu não tive uma estratégia. Me dediquei mais a Porto Velho que é a capital e onde eu tenho a minha residência e o meu colégio eleitoral. Agora [nas eleições deste ano] está diferente. Agora eu estou montando uma estratégia... Primeira coisa, você tem que ir onde você tem discurso. Então na capital é um lugar próprio para discurso. Eu estou focando muito esta questão da transposição dos servidores públicos. Em geral são três ou quatro temas que são os precatórios e uma série de outros... Então nós estamos trabalhando uma estratégia, quer dizer, agora uma estratégia daqueles temas de maior interesse do estado. Tanto é que eu fugi totalmente do cenário nacional porque não adianta, não dá voto, não adianta. Então eu estou trabalhando... como eu quero voltar, estou trabalhando primeiro numa região em que eu sempre tive uma boa votação: o cone sul, a capital, a Grande Ariquemes e mais uns municípios pelo interior que não tem candidato próprio. Onde tem candidato próprio sempre tem um apelo autóctone, vamos dizer assim, “ah, esse é daqui, esse é da terra”¹¹.

¹¹ Deputado Federal Amir Lando em entrevista à autora em 18 de fevereiro de 2014

Perguntado se ele estabelecia uma conexão com eleitores do seu distrito, o deputado confirma que está sempre presente no seu estado, esclarece como ele mantém essa conexão e dá como exemplo as suas atividades agendadas para aquela semana.

“Sim, eu tinha uma conexão. Lá, por exemplo, o que interessa é recursos financeiros orçamentários. Então, eu apresentei, eu sempre apresentei uma atenção muito especial nesta área com emendas parlamentares, etc. Então isso aí o pessoal comenta. Mas a capital é um eleitorado mais indefinido. Agora eu peguei este seguimento que é o servidor público, e eles são formadores de opinião. (...) Então você tem que escolher onde você tem discurso. Por exemplo, eu também estou abordando muito a questão fundiária. Então, onde tem a frente de expansão, onde tem conflitos fundiários? Na Grande Ariquemes. (...) O povo quer te ver. Talvez lá em Rondônia se ganha mais com as pernas do que com a cabeça uma eleição. Você tem que chegar junto da população. Eu estou voltando [para o Rondônia] amanhã à noite porque quinta de manhã eu tenho uma reunião com os soldados da borracha, porque eu trabalho nesta tese com veemência há muitos anos e o pessoal me tem assim como a figura boa nesta questão, então eu vou voltar lá. De lá eu saio 900 quilômetros até Colorado de carro lá numa entrega de equipamento para as associações de produtores rurais que eu liberei aqui no ministério. Então, quer dizer, você tem que fazer uma política com as pernas”¹².

O relato demonstra que a importância da presença do deputado no distrito. A liberação de verbas para entrega de bens para as bases também é importante para o estabelecimento da conexão, mas, além disso, existem outras atividades que os parlamentares desenvolvem, como apoio às políticas populares e relevantes para o distrito. A concentração e dominação da votação, neste sentido, devem ser investigadas para além da apresentação e execução das emendas.

Vale destacar que esta não é uma estratégia restrita aos deputados do PMDB, podendo ser observadas na ação política de parlamentares de outras siglas. Porém, é de se esperar que as estratégias dos deputados peemedebistas, tanto de liberação de verbas quanto de projetos de políticas públicas, sejam facilitadas por sua presença no governo. Um indício de que parlamentares de partidos que fazem parte da coalizão governamental têm vantagens com relação aos demais é observada nos dados que indicam que partidos de oposição tentam apresentar emendas ao orçamento de forma mais eficiente, ou seja, enviam maior porcentagem de suas emendas individuais para suas bases eleitorais.

Tendo pouco espaço para colocar seus projetos em pauta para discussão na Câmara, uma vez que quem define a agenda são os líderes dos partidos (Figueiredo e Limongi, 1999) e tendo um percentual menor de execução de emendas em comparação com os partidos que fazem parte da base do governo (Figueiredo e Limongi, 2008), a oposição parece apostar na estratégia da apresentação de emendas para estabelecer a conexão com suas bases. Não é possível, contudo, afirmar que

¹² Idem nota anterior.

apenas a execução dessas emendas assegura a reeleição do parlamentar. Outras pesquisas e testes seriam necessários para confirmar essa relação. Futuras pesquisas devem analisar as diferentes estratégias, além da alocação de emendas orçamentárias, que deputados se utilizam para se aproximar de suas bases.

Tendo em vista o contexto favorável dos partidos que fazem parte da coalizão governamental e a falta de um perfil programático, a estratégia da maioria governista do PMDB tem sido desfrutar das vantagens da aproximação do governo, quais sejam, a preferência na execução de emendas, o aumento do poder de barganha no Congresso, a ocupação de cargos importantes, dentre outras. O PMDB deixou de ser o partido da luta para se tornar o partido do poder, como explica o deputado Amir Lando:

“O PMDB se tornou um partido prático, pragmático. Extremamente pragmático. É um partido do poder, pelo poder, com o poder. Se for coadjuvante, ou se for principal... Para ele nem interessa muito a exposição de ser o principal porque aí teria que responder a cada ato. E assim, na surdina, ele atua e tira as suas vantagens. Ele não tem interesse de ser cabeça, porque a cabeça está exposta. (...) Os cargos, os cargos importantes. Por exemplo, os cargos lá na Petrobrás, na Transpetro... são milhões e milhões entendeu? Então o pessoal atua na Eletrobrás...”¹³

Conclusão

O artigo teve como objetivo investigar como se deu a mudança de comportamento do PMDB de protagonista para coadjuvante do cenário político brasileiro. A análise histórica descreveu como as características de centralidade e peso político foram formadas e como elas se tornaram fundamentais para aumentar o poder do PMDB governista. Apesar da manutenção e reforço destas características houve uma mudança de comportamento do partido, tendo em vista a necessidade de se readaptar ao novo contexto político. Essa readaptação favoreceu o grupo governista que se tornou majoritário e ganhou força principalmente no governo Lula.

Existem evidências, observadas principalmente nas entrevistas com membros oposicionistas do PMDB de que o partido tem vantagens em fazer parte do governo, principalmente vantagens eleitorais. Nas entrevistas aqui analisadas tanto Pedro Simon (PMDB-RS) quanto Amir Lando (PMDB-RO) destacam a importância das emendas ao orçamento para o futuro eleitoral dos parlamentares. Contudo, os dados analisados não apresentam nenhuma excepcionalidade do PMDB quanto à apresentação de emendas. Além disso, espera-se que parlamentares de todas as

¹³ Idem nota 11

siglas utilizem a execução de emendas como estratégia para conexão com os eleitores. Resta saber se essa estratégia realmente é suficiente para garantir retorno eleitoral. Ambos também afirmam que o PMDB faz parte do governo para ter acesso a cargos. Neste sentido, o PMDB, como disse Lando, é um partido “do poder, pelo poder, com o poder”.

Referências Bibliográficas:

Barry Ames. (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Bizzaro Neto, F. A. (2013). *PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de Campinas.

Figueiredo, A., & Limongi, F. (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional* (2º ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.

_____. (2008). *Política Orçamentária Presidencialismo de Coalizão*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Paiva Ferreira, D. (2002). *PFL x PMDB: Marchas e Contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Editora Alternativa.

Hippolito, L. (2012). *De Raposas e Reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)* (2nd ed.). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Kinzo, M. D. G. (1988). *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979)*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Mahoney, J. (2000). Path Dependence in Historical Sociology. *Theory and Society*, 29(4), 507–548.

Melhem, C. S. (1998). *Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Editora Hucitec.

Pierson, P. (2003). Big, Slow-Moving, and... Invisible: Macrosocial Processes in the Study of Comparative Politics. In J. Mahoney & D. Rueschemeyer (Eds.), *Comparative Historical Analysis in the Social Science*. Cambridge University Press.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro. *Livro de Atas de reunião: Conselho Nacional*, Brasília, 1980-2010.

_____. *Livro de Atas de reunião: Comissão Executiva do Diretório Nacional*, Brasília, 1980-2010.

Thelen, K. (2003). How Institutions Evolve: Insights from Comparative Historical Analysis. In J. Mahoney & D. Rueschemeyer (Eds.), *Comparative Historical Analysis in the Social Science*. Cambridge University Press.

Terron, S. (2009). *A Composição de Territórios Eleitorais no Brasil: Uma Análise das Votações de Lula*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.